

Cultura quer parte do lucro da festa

Conselheiros sugerem que faturamento seja em parte revertido para outras atividades e garanta a promoção de espetáculos populares

Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

O que fazer para a Micarecandanga tornar-se rentável também para a cultura do Distrito Federal? Depois da sua quinta edição, o carnaval fora de época de Brasília começa a agitar os artistas que integram o Conselho de Cultura da Fundação Cultural do Governo do Distrito Federal. Eles querem que parte do dinheiro arrecadado com a festa seja revertido para projetos culturais da cidade.

“Esse é um assunto espinhoso, mas a festa não pode proporcionar vultosos lucros para a iniciativa privada e nenhum retorno para a cultura local”, reclama Antônio Menezes Júnior, presidente do Conselho. “Precisamos observar que Brasília é a capital da República e necessita desenvolver a sua cultura”.

Em contrapartida, pelo faturamento obtido nos quatro dias de folia — R\$ 2,5 milhões segundo a empresa promotora do evento —, o conselheiro sugere que os donos da festa contribuam mais para os eventos populares. “Por que não um grande show, gratuito, com todos os artistas que participaram da Micarê?”.

O músico Domingos Néris, que também integra o Conselho de Cultura, garante que vai elaborar um projeto de lei e encaminhá-lo à Secretaria de Cultura estipulando que um percentual do rendimento bruto da festa seja revertido para o Fundo de Apoio à Arte e Cultura do GDF. “Só assim o governo vai ter mais dinheiro para investir nos projetos de artistas da cidade”, justifica.

“A Micarê é o evento cultural mais lucrativo da cidade e não faz nenhum sentido só a empresa lucrar”, protesta Néris. Segundo ele, a festa é realizada em espaço público e, no mínimo, a empresa Monday Monday deve ser obrigada a fazer

algo pela cultura de Brasília. “Essa festa fere inclusive o Artigo 253 da Lei Orgânica, que diz que os espaços públicos, como ruas, podem ser palco de eventos culturais desde que não tenham fins lucrativos”, afirma Néris.

OBJETO DO DESEJO

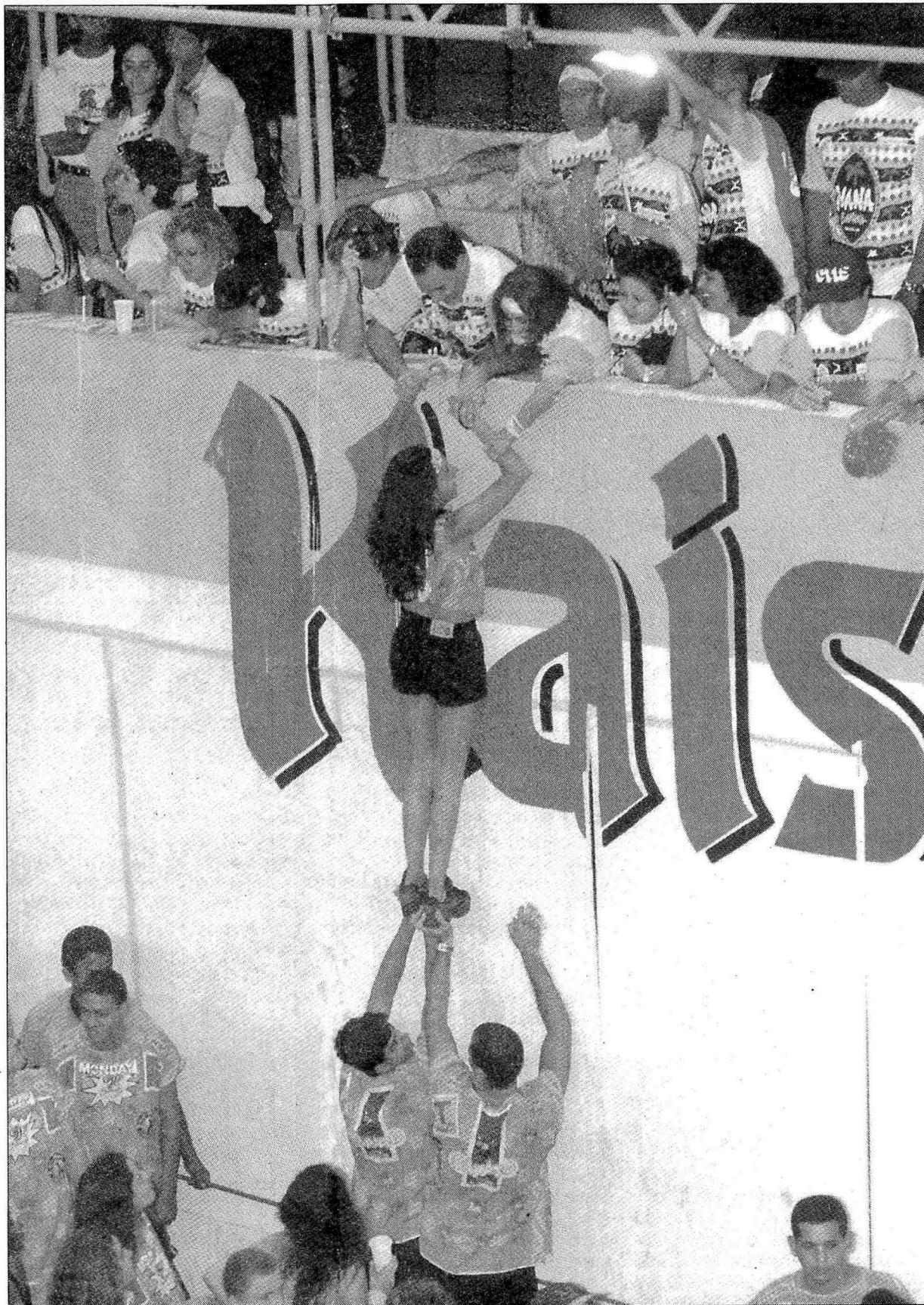
Nilcéia D’Orazio, assessora da Divisão de Cultura da Fundação Cultural, também defende uma ampla discussão sobre o que representa a Micarê para a cultura da cidade. “O que vejo é a explosão da exclusão social no meio da alegria”, desabafo, referindo-se ao preço de R\$ 300 da mortalha que dá direito à pessoa de pular dentro dos cordões de isolamento dos blocos.

Parte da violência registrada durante a folia teve como causa as mortalhas. Um exemplo foi o filho do senador tucano José Roberto Arruda, que foi obrigado a entregar a camiseta num arrastão. “A festa não pode continuar fechando a rua, promovendo a exclusão social e ainda com o GDF ajudando”, protesta.

O governo apóia a Micarê, explica o secretário de Comunicação Gonzaga Mota, não com o objetivo de faturar, mas por ser uma festa de grande apelo popular. “Essa é uma festa particular que tem a participação de 500 mil pessoas nos quatro dias”, justifica. No entanto, reconhece que o carnaval fora de época é uma festa excludente.

“A Micarê deste ano deu a medida exata do que está correto e do que não está”, pondera. Um dos acertos, afirma, foi o local, o *Caldeirão da Folia*. Para tentar diminuir os índices de violência registrados este ano, o governo pretende discutir a Micarê/98 com os organizadores da festa. “Quem sabe a construção de arquibancadas na extensão de todo o trajeto e parte do lucro sendo revertido para obras sociais ou projetos culturais?”.

Fotos: Raimundo Paccó 26.8.97



A mortalha, roupa que garante o ingresso dos foliões nos blocos, é o principal causador de violência na “pipoca.”